



Agenda das Mulheres Negras Construindo o Futuro com Justiça Climática





Agenda das Mulheres Negras Construindo
o Futuro com Justiça Climática.
2025, Criola



Esta obra é disponibilizada nos termos da
Licença Creative Commons – Atribuição – Não
Comercial – Compartilhamento pela mesma
licença 4.0 Internacional. É permitida a
reprodução parcial ou total desta obra, desde
que citada a fonte.

2ª edição – 2025



Criola
Av. Pres. Vargas, 482, Sobreloja 203 – Centro,
Rio de Janeiro – RJ – 20051-001
Site: criola.org.br
E-mail: criola@criola.org.br

Nós, mulheres negras cis e trans, vivemos diariamente os impactos da crise climática. Sentimos no corpo as ondas de calor que adoecem nossas mães e filhas, carregamos nos braços as crianças que enfrentam enchentes e deslizamentos, perdemos nossas casas em chuvas intensas, nossas hortas, nossos territórios. Sofremos com a contaminação da água, a poluição do ar, a falta de saneamento, a ausência de energia limpa e acessível.

Essa realidade não é resultado do destino ou de tragédias naturais isoladas, é a expressão do racismo ambiental que estrutura o Brasil, agravado pelas mudanças climáticas, que decide quais vidas podem viver dignamente e quais serão sacrificadas.

Estamos conscientes de que precisamos romper o ciclo de opressão estrutural marcado pelo racismo patriarcal cisheteronormativo, e, diante da crise climática, essa realidade se intensifica. Sentimos essa opressão na ausência de mulheres negras nos espaços de decisão, planejamento e avaliação das políticas climáticas; na exclusão de nossas pautas urgentes de sobrevivência e Bem Viver; e no silenciamento das vozes de mulheres negras cis e trans que sustentam não apenas suas famílias, mas comunidades inteiras que alimentamos, acolhemos e cuidamos.

A desigualdade nos empurra

para os morros, encostas e margens dos rios – zonas de risco, invisibilidade e abandono. Ainda assim, somos nós que continuamos a plantar, curar, cuidar e manter a vida. Em nossas mãos está mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, produzidos na agricultura familiar. Mesmo assim, o Estado insiste em fortalecer o agronegócio que destrói o solo, usa agrotóxicos e concentra terras. É contra essa arquitetura de exclusão que a nossa estratégia se ergue em favor da inclusão da justiça racial e de gênero na agenda climática.

Nós mulheres negras cis e trans vamos além de debater os problemas; estamos deliberando coletivamente as soluções e reivindicamos nosso protagonismo, do local ao global. Quando a terra perde sua fertilidade pelo desmatamento e pelo lucro, somos nós, mulheres negras agricultoras, que sentimos a fome bater na casa, porque não conseguimos mais cultivar o quintal, a horta, o feijão, a mandioca, o milho.

Nós estamos organizadas em redes, quilombos, favelas, terreiros, periferias, movimentos, coletivos, sindicatos e universidades. Denunciamos o racismo ambiental dentro e fora do país, como fizemos em Durban, em 2001, quando levamos ao mundo a pauta da justiça climática a partir das nossas vivências, nos espaços da COP26, em Glasgow, e o fa-

remos novamente na COP30, exigindo que nossa voz esteja nas mesas onde as decisões sobre o que nos afeta são tomadas. Nós, mulheres negras cis e trans, estamos construindo soluções onde o Estado muitas vezes falha. Criamos estratégias de futuro não só para nós mulheres negras, mas para todo o planeta. Nas periferias, nos quilombos, nos territórios rurais, nas favelas e nas universidades. Seguimos fazendo o que governos e grandes empresas se recusam a fazer: proteger a vida. Somos nós que alertamos, que corremos, que resgatamos, que amparamos e reerguemos nossas comunidades.

Queremos construir outra forma de existir. Exigimos governança climática com participação popular, que inclua nossos saberes, nossas práticas e nossas prioridades. Exigimos participação social real, qualificada, com consulta prévia, livre e informada sobre projetos que afetam nossos corpos e territórios, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, tantas vezes ignorada. Queremos orçamento público para prevenção, atuação, articulação e mobilização, não apenas para reparar tragédias que poderiam ser evitadas.

Sabemos que existem estruturas de participação – conselhos, fóruns climáticos, planos municipais e nacionais, mas estes espaços ainda não foram construídos para nós. São

pouco transparentes, pouco acessíveis e muitas vezes simbólicos. Persistem barreiras de linguagem, racismo, burocracia e desigualdade digital. Por isso, criamos nossas próprias formas de incidência: agendas políticas autônomas, articulação em redes, proteção das ativistas ambientais e direitos humanos, formação de lideranças, denúncias internacionais, monitoramento de políticas públicas, ocupação de conferências globais e produção de dados com recorte racial e de gênero.

Não estamos pedindo permissão para existir. Estamos lembrando ao Brasil e ao mundo que sem a centralidade das mulheres negras, não haverá transição justa, tampouco democracia climática. A transformação que defendemos é coletiva e enraizada. É plantar agrofloresta onde antes havia monocultura. É garantir titulação de territórios quilombolas, demarcação de terras indígenas, reforma agrária com agroecologia. É substituir o lucro imediato pelo cuidado com a terra, com a água e com as gerações futuras. É construir energias limpas e descentralizadas, com justiça social e soberania comunitária. É incluir as nossas vozes desde o início, não quando o desastre já aconteceu.

Nós, mulheres negras cis e trans, afirmamos que lutar pela vida é lutar pelo Bem Viver, e estamos há tempos nesta caminhada. O Bem Viver é dignidade. É poder envelhecer, se ali-

mentar (não apenas de comida, mas de tudo aquilo que nos nutre), criar, plantar, sonhar. É garantir que nenhuma menina precise escolher entre estudar ou buscar água distante para a família. É assegurar que nenhuma mulher tenha que se arriscar para salvar a família de enchentes ou qualquer outro desastre cansativamente anunciado.

A partir desta agenda, e considerando o contexto político da realização da COP30 no Brasil este ano, nós, mulheres negras, convocamos a sociedade brasileira a adotar esta agenda como parte de uma nova estratégia para uma transição justa, na qual se considera que aquelas mais afetadas pelas mudanças climáticas são afetadas pelo racismo, sexismos, lgbtqiap+fobias, discriminação por causa das capacidades, etarismo e outras formas de hierarquização e subordinação. É a partir deste contexto que vislumbramos soluções efetivas para o Planeta.

Agendas como a que apresentamos, construídas a partir dos territórios, da escuta e da resistência, não são apenas listas de demandas. São ferramentas de justiça, de planejamento do futuro e de reconstrução do país a partir da vida, e não do lucro. Reiteramos: sem mulheres negras não haverá justiça climática. Sem justiça racial não haverá democracia. E sem decisões baseadas nos princípios do Bem Viver, não haverá futuro possível.

Neste sentido, reivindicamos o reconhecimento dos grupos, das culturas, das tradições afro-brasileiras que cuidam do ambiente e do clima como partícipes do processo de Adaptação, Mitigação e Participação. Exigimos o acesso aos bens comuns; o direito à terra e ao território, e às políticas públicas econômicas, sociais, ambientais, culturais. E participar, com equidade, de todos os espaços de tomada de decisão sobre as questões socioambientais e climáticas.

Por isso, convocamos toda a sociedade, autoridades, gestores públicos, pesquisadores, movimentos sociais e organismos internacionais a ouvirem, respeitarem e incorporarem nossas proposições.

Eixo I

Reconhecimento dos grupos/culturas/tradições afro-brasileiras que cuidam do ambiente e do clima

- 1.** Reconhecer a importância fundamental da população negra e dos povos originários para a proteção ambiental e da vida, por meio do seu histórico manejo consciente do meio ambiente.
- 2.** Garantir a erradicação do racismo patriarcal cisheteronormativo em todas as instâncias públicas e privadas a partir da construção de políticas antirracistas nas soluções para as crises climáticas e ambientais. Além de promover ações reparadoras que promovam a diversidade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e a participação de todas as pessoas.
- 3.** Reconhecer os efeitos das ameaças climáticas para a população negra brasileira, os povos originários e os grupos vulnerabilizados que já sofrem com o racismo ambiental, garantindo a participação destes grupos nos espaços de negociação e interlocução para mitigar e adaptar os efeitos das mudanças climáticas.
- 4.** Promover programas públicos com foco em educação intercultural, agroecologia e economia solidária. Esses saberes devem ser incorporados como eixo de sustentabilidade e soberania alimentar.
- 5.** Mapear áreas vulneráveis para criação de um planejamento de mitigação de impactos de desastres naturais, incluindo rotas de fuga, abrigos seguros e estoques de emergência para garantir eficácia nas respostas aos desastres naturais.

Eixo II

Acesso aos bens comuns

6. Garantir políticas de preservação dos aquíferos, mananciais, rios, lagos, matas ciliares e mangues, e nos casos de degradação, promover políticas para a sua recuperação, incluindo de forma central os povos ribeirinhos, tradicionais e originários.

7. Ampliar o acesso à água potável de fonte protegida, sem restrição, no meio urbano e rural, a partir da ampliação da estrutura de abastecimento, investimento em tecnologias sociais, tratamento e mitigação da contaminação de fontes de água, e de implantação de poços artesianos.

8. Promover fontes alternativas de energia limpa, através da democratização, descentralização e gestão pública da energia, de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural e urbano periférico ao seu acesso.

9. Criar, promover e divulgar iniciativas de formação e participação (ações, atividades e projetos) direcionadas às comunidades negras e povos originários no processo de implementação de tecnologias de energia alternativas para transição energética justa.

10. Promover políticas e aplicar recursos financeiros para garantir a soberania alimentar e o acesso à alimentação saudável, adequada e de qualidade, livre de agrotóxicos e transgênicos, para a população negra.

11. Criar políticas de transferência de recursos públicos para as mulheres negras residentes em áreas de assentamento para a recuperação do solo. As mulheres que exercem essa função necessitam de um aporte financeiro que garanta a aquisição de alimentos e a manutenção das famílias até que o solo tenha condições de produzir.

12. Promover a integração das políticas, estratégias e planos de desenvolvimento de ações sobre as mudanças climáticas no país com outras áreas, a exemplo das políticas de saúde, educação, trabalho, desenvolvimento, ambiente, entre outras.

13. Implementar projetos socioambientais que otimizem soluções baseadas na natureza, como a utilização de árvores para estabilização do solo e sistema de drenagem natural durante eventos de chuva intensa.

14. Promover acesso a acompanhamento técnico nas atividades agropecuárias de pequenos produtores e agricultura familiar para a adaptação às mudanças climáticas, considerando os impactos para a população vulnerável em relação à raça, classe e gênero.

15. Incentivar o uso e aplicação de tecnologias sociais e de baixo custo para habitação, como telhados verdes e pintura branca- o uso de telhados verdes (coberturas com vegetação) ou a pintura das lajes com tinta refletiva (branca) servem para reduzir a temperatura interna das casas e mitigar o efeito das ilhas de calor urbanas.

Eixo III

Acesso às políticas públicas econômicas, sociais, culturais, ambientais e climáticas

16. Ampliar o debate e agendas sobre as mudanças climáticas no campo da saúde, desenvolvendo estudos, pesquisas e ações de promoção, prevenção e assistência à saúde, considerando os impactos promovidos pelas mudanças climáticas para os diferentes grupos populacionais, em especial às mulheres, crianças e idosos.

17. Criar no campo da Saúde área técnica sobre as mudanças climáticas nas esferas nacional, estadual e municipal, bem como políticas articuladas com as áreas ambiental e de defesa civil.

18. Promover formação e intercâmbio sobre as questões climáticas e ambientais para grupos e comunidades afetadas, priorizando as mulheres negras.

Eixo IV

Participação na produção e disseminação de informações

22. Ampliar e disseminar informações sobre as ameaças climáticas para os diferentes setores da sociedade, visibilizando os conhecimentos por meio da comunicação popular para além das mídias digitais.

23. Fortalecer as cooperativas de material reciclável, muitas vezes lideradas por mulheres negras, reconhecendo-as como agentes ambientais essenciais na redução do volume de resíduos enviados a aterros e na mitigação das emissões de metano.

24. Ampliar o conhecimento e monitorar, através da sistematização de dados, os impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas e do aquecimento global, averiguando suas causas e suas consequências, tendo prioritariamente como referência a sabedoria dos povos tradicionais e comunidades afetadas, os estudos de cientistas e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU).

25. Implantar sistema de cotas na distribuição dos recursos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, para o apoio e o fortalecimento da produção de conhecimento, a partir de outra epistemologia.

26. Disseminar políticas, documentos, normas, deliberações e acordos internacionais existentes sobre mudanças climáticas em linguagem acessível e de fácil entendimento, considerando os grupos vulneráveis e historicamente excluídos, para que possam participar das decisões sobre as mudanças ambientais e climáticas e suas consequências.

27. Formar mulheres negras para atuar como Agentes de Mudanças Climáticas, especialmente aquelas que concorrerão a cargos em espaços públicos, coletando dados ambientais, educando a comunidade sobre riscos (como ondas de calor, alagamentos) e articulando respostas rápidas.

Eixo V

Inclusão das mulheres negras e participação em todos os espaços de tomada de decisão

28. Participação direta de mulheres negras cis e trans em conselhos, fóruns e consultas públicas sobre NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), planos e estratégias climáticas, garantindo a participação em audiências públicas promovidas por órgãos legislativos.

29. Incentivar e garantir a participação das mulheres negras em espaços de negociação e interlocução em âmbito local, nacional e internacional para o delineamento e implementação de ações a fim de garantir a paridade interseccional nas negociações e instâncias de governança climática, assegurando que esses espaços reflitam equidade de representação em termos de gênero, raça e geração.

30. Ampliar a participação da sociedade civil brasileira nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

31. Garantir a participação das mulheres negras na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, conforme a Lei 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Assegurando também a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

32. Promover políticas públicas de prevenção, promoção e reparação aos danos causados pelos desastres ambientais e outras ameaças climáticas, instituindo fundo de fomento para reparar os impactos dos desastres ambientais.

33. Fortalecer mecanismos internacionais de direitos humanos (como CIDH e CEDAW) para denunciar violações associadas a políticas climáticas injustas.

Eixo VI

Direito ao Território

34. Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais.

35. Desenvolver programas que promovam a integração entre campo e cidade, priorizando a preservação dos ecossistemas, o respeito aos cursos d'água e a autonomia das comunidades, incorporando a centralidade das mulheres negras e das comunidades tradicionais como guardiãs do Bem Viver.

36. Demarcar e reconhecer as áreas destinadas a práticas ancestrais com recursos e valorização dos serviços ambientais que as mulheres negras das comunidades tradicionais provêm para a sociedade e o ecossistema em que vivem.

37. Controlar as atividades de desmatamento das áreas nativas, protegendo as comunidades tradicionais.

38. Combater políticas que privilegiam a pecuária e a utilização de bioativos a partir da produção extensiva.

39. Assegurar apoio técnico e financeiro para as práticas de manejo tradicional feitas pelas mulheres, como quintais produtivos, sistemas agroflorestais e manejo das águas.

40. Criar protocolos específicos de atendimento e proteção às mulheres negras de comunidades rurais, em territórios tradicionais, quilombolas e ribeirinhos, considerando as distâncias, a falta de transporte público e as barreiras de comunicação.

41. Fortalecer instrumentos legais de proteção fundiária, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o reconhecimento jurídico das formas comunitárias de posse.

42. Combater o avanço da especulação imobiliária e dos grandes empreendimentos que ameaçam e descaracterizam comunidades tradicionais e periféricas, provocando deslocamentos forçados e perda de referências culturais.



Participaram da construção desta agenda:

- CRIOLA
- Afirmativa - Organização de Mídia Negra
- Ailene Rodrigues de Azevedo
- Alagbara
- Alessandra Rangel de Oliveira
- Ana Tobossi
- Andrea Barreto
- Angélica Aparecida de Souza
- Azânia Mahin Romão Nogueira
- Barbara Heliodora Ribeiro Cesar Dantas
- Camila Aragão
- Camilla Kelly
- Camille Balestieri
- Cintia Cruz
- Colegiado da Rede Brasileira de Justiça Ambiental
- Coletivo Atinúkê - Pensamento de Mulheres Negras
- Coletivo de Mulheres Morro do Sossego
- Coletivo Filhos nos Braços do Pai
- Coletivo Ponta Comunidades /RS
- Cristina Carvalho
- Cristina Silva Pereira
- Dandara Maria Barbosa Silva
- Dandara Rodrigues Dorneles
- Debora do Espírito Santo da Silva
- Débora Paixão
- DHIZ - Comunicação em Direitos Humanos
- Dofona Nuciene de Oliveira de Aziri
- Doné Conceição de Lissá
- Eduarda de Nascimento
- Ekedy Adriana Paiva de Oxum
- Ekedy Mônica Custódio de Nawá
- Eleonora Pereira Silva
- Elizabeth Fernandes Teixeira
- Emily Almeida Azarias
- Fabiana Guia, Iasmine Alfradique
- Gabriela Lima
- Geovana Mota
- Gessiane Maria Oliveira
- Giselle Santos da Silva
- Glória Cristina dos Santos
- Hellen Nzinga
- Hub.Periférico
- Ilê Asé Iyá Manjele'ó
- Ivone Mattos Bernardo
- Iya Katiuscia de Yemanjá
- Iyalorixá Roberta Costa
- Jade Andrade
- Jész Ipólito
- Jordana Caroline Barbosa Silva
- Joseane Martins de Lima Ferreira

- Joselene Barbosa Linhares
- Júlia Santos de Albuquerque
- Kátia Favilla
- Laíssa de Matos Rocha Malta Lima
- Leila Salles da Costa
- Lúcia Xavier
- Luciana Fernanda Silva
- Lucimara Pereira Muniz
- Luíza Ramos Felix
- Luíze Sampaio
- Maria Aparecida de Matos
- Maria Bomfim Lima
- Marilza Barbosa Floriano
- Marluce Lopes
- Michelle Mathias McArthur
- Mônica Patrícia Baldino
- Movimento Negro Unificado da Bahia
- Mulheres Negras Decidem
- Naiara Motta de Oliveira
- Núcleo de Estudos Negros (SC)
- Oororun Obinrin - Instituto da Mulher Negra
- Poliana Martins
- Pretas Pelo Clima e da Iniciativa Negra por uma • Nova Política sobre Droga
- Rede Casa Dalva
- Regiane da Silva Pires
- Regina Severino Soares

- Rejane Maria Oliveira
- Rosiele Vasconcelos Silva Conceição
- Sara Sacramento
- Sarah Marques
- Solange Dos Santos Mendonça
- Sonia Ferreira Martins
- Sulamita Rosa
- Tamires Monteiro dos Santos
- Tania Cristina dos Santos Costa (Iya Tânia de Iemanjá)
- Tereza Cristina Silva
- Thaynara Fernandes
- Victoria Alves de Oliveira
- Viviane Silva Antonio de Abreu
- YaKekerê Marta Ferreira




Sobre Criola


Criola é uma organização da sociedade civil, fundada e liderada por mulheres negras. Seu trabalho é orientado por sua missão e visão institucional, com foco na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras a partir de uma perspectiva integrada e interseccional. Seu objetivo é empoderar as mulheres negras como agentes de mudança, contribuindo para a criação de uma sociedade baseada nos valores de justiça, equidade e solidariedade, onde a presença e as contribuições das mulheres negras sejam acolhidas como um benefício para a humanidade. Nesse sentido, as atividades da Criola estão ligadas à sua missão de empoderar mulheres negras cis e trans para que conduzam suas demandas na defesa e ampliação de seus direitos, da democracia, da justiça e do Bem Viver.



criola

www.criola.org.br

   @ongcriola

 @criolamulheresnegras

 Criola